

FERREIRA GULLAR: UMA OPÇÃO LINGUÍSTICA CONSERVADORA

Walter Afonso Rossignoli¹

RESUMO: Por meio de segmentos do livro de poemas *Dentro da noite veloz* e do cordel *João Boa-Morte: cabra marcado para morrer*, este artigo enfatiza a opção linguística conservadora do poeta brasileiro Ferreira Gullar, em aspectos da sintaxe portuguesa. O texto procura salientar, ainda, que essa conduta é comum a outros próceres da estética modernista, minimizando, dessa forma, a revolução linguística proposta pelo Modernismo.

PALAVRAS-CHAVE: Ferreira Gullar. Modernismo. Tradição linguística.

INTRODUÇÃO

O projeto estético dos modernistas de 1922 representou uma conduta amplamente antipassadista, na medida em que se pretendeu romper com o classicismo lusitanizante que impregnava as letras brasileiras e se refletia sobretudo na busca ainda de um purismo linguístico, em detrimento de características da língua portuguesa falada no Brasil. Inaugurava-se com os modernistas da Semana de Arte Moderna um movimento anticlássico, antirromântico, antiparnasiano, antissimbolista e antilusitanizante, que, valendo-se da blague, escandalizou os passadistas ainda apegados a uma tradição que não mais se sustentava.

Não se pretende, neste artigo, analisar detalhadamente o período, já sobejamente estudado por críticos literários. Pretende-se, contudo, tecer algumas considerações sobre o Modernismo e o português brasileiro, atendo-se exclusivamente à sintaxe,

para, sob esse aspecto, inserir duas obras de Ferreira Gullar¹ – o cordel *João Boa Morte: cabra marcado pra morrer* (1962) e o livro *Dentro da noite veloz* (1975), doravante *JBMeDNV* – no rol das obras que preservam a tradição linguística.

É nosso propósito demonstrar que Ferreira Gullar faz pouquíssimas concessões às conquistas linguísticas da revolução modernista protagonizada por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e tantos outros. Antes, porém, permitimo-nos um mergulho histórico sobre a questão.

1 DOS ROMÂNTICOS AOS MODERNISTAS: A CELEUMA LINGUÍSTICA

Salta-nos à vista que, na contemporaneidade, apesar de toda a grita dos primeiros modernistas, ainda transcrevemos para a escrita literária e formal aspectos típicos da língua portuguesa lusitana. A “contribuição milionária de todos os erros”,

¹ Walter Afonso Rossignoli, IF Sudeste MG - Campus Juiz de Fora, walter.rossignoli@ifsudestemg.edu.br

¹Ferreira Gullar (1930 - 2016) foi um importante poeta e crítico de arte brasileiro. Após as experiências poéticas inovadoras do concretismo e do neoconcretismo, Gullar rompeu com essas tendências e voltou-se para a poesia social. Exiliado do Brasil em 1971, escreveu *Poema sujo* (1975), seu livro mais conhecido. Em 2014, Gullar foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

de que falava Oswald (1972, p. 6), apenas timidamente se inseriu em nossa língua escrita. Bandeira (apud MOISÉS, 1987, p. 389) propugnava por “Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção”, mas o legado modernista se revelou parcimonioso nesse aspecto.

Basta, à guisa de pequeno exemplo, citar a colocação dos pronomes à brasileira, que, desde o período romântico, suscitou polêmicas entre brasileiros e portugueses. Nossa literatura e nossas gramáticas já se rendem à idiosincrasia brasileira, permitindo-se, por exemplo, nas locuções verbais, a presença do pronome solto entre o auxiliar e o principal², pois, como se sabe, o pronome, no Brasil, é proclítico ao principal. Convenhamos, entretanto, que a língua formal e a língua literária ainda relutam no emprego do pronome oblíquo átono (semitônico no português do Brasil) em posição inicial, revelando dissintonia com o projeto estético modernista³.

Nota-se mesmo, em nossa literatura, até uma certa resistência ao emprego do pronome átono abrindo o verso, recurso de que se valeu, por exemplo, Manuel Bandeira⁴. O que parece haver, na verdade, é, ainda hoje, o sobrepujar-se da tradição em questões que os modernistas julgavam ter sepultado. Lima Sobrinho (1977, p. 112) é desses estudiosos que minimizam o impacto revolucionário modernista, citando,

por exemplo, a malograda revolução linguística de *Macunaíma*:

Se perguntássemos [...] quem fala no Brasil a linguagem de Macunaíma, teríamos que responder sumariamente: –Ninguém. Os termos de que se utiliza, sua própria sintaxe prevalecem aqui e ali, parcialmente. Como um todo, porém, constitui linguagem de curso mais difícil que a própria linguagem culta. É que ninguém forma um idioma nacional somando linguajares regionais ou termos de emprego restrito. O idioma não é uma adição de modismos, mas um processo de incorporação ou de integração dos modismos dentro do idioma geral.

Gomes (1979, p.212) subscreve essa tese do malogro do projeto marioandradino de elaboração da gramatiquinha brasileira, enfatizando que, sob o aspecto linguístico, o idealizador de Macunaíma criou um monstro inconcebível.

Reforcemos que a questão da autonomia do português brasileiro frente ao lusitano tem raízes no Romantismo. Escusado é dizer que, durante o período colonial, estivemos também sob o colonialismo linguístico português; nossos homens de letras se formavam além-mar; não dispúnhamos de imprensa, e a educação esteve entregue ao português dos jesuítas. Estigmatizavam-se, na época, os hábitos linguísticos brasileiros, e o falante que os denunciasse estaria sob suspeita de

² Bechara (2000, p. 590) cita construções do tipo Eu quero lhe falar e Eu estou lhe falando como frequentes entre os brasileiros, na linguagem falada ou escrita. Pondera o autor que a gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome, salvo se o infinitivo vier precedido de preposição como em Começou a lhe falar.

³ Citando o professor Barbadinho, Bechara lembra que, com relação à norma literária proposta pelos modernistas, houve “mais rebeldia nos gestos que nas obras” (2002a, p. 63). A questão da próclise pronominal em início de períodos sempre vem à baila para demonstrar o descompasso entre as gramáticas brasileiras e o emprego dos pronomes pelos literatos modernistas. A pesquisa de Barbadinho, no entanto, mostra que há uma dissintonia entre a prática e o discurso renovador. O estudioso cita o livro Memórias sentimentais de João Miramar, que, segundo Oswald de Andrade, estava fadado a ser “o primeiro cadinho da nossa nova prosa”, mas, quanto à próclise em início de período, registra um só exemplo contra dezesseis amparados pela tradição. Nesse contexto, Mário de Andrade está isolado dos companheiros, pois o autor de Macunaíma usou e abusou da próclise inicial, estendendo seu uso inclusive aos pronomes o e a, afastando-se, sob esse aspecto, até mesmo da linguagem popular, pois o povo não diz O vi, mas sim Vi ele.

⁴ Bechara (2002a, p. 64), ancorado em pesquisa do professor Barbadinho, escreve: “O caso de Manuel Bandeira é bem interessante: em *Libertinagem*, dos onze exemplos registrados, há seis casos de pronome átono colocado no início de período, contra cinco em obediência à tradição. Mas nas três obras posteriores (*Estrela da Manhã*, *Lira dos Cinquent’Anos* e *Belo Belo*) este uso inicial do pronome é tão pequeno, que salta aos olhos”.

sangue africano. Lima Sobrinho(1977, p.72) esclarece que

ainda no tempo da presença do príncipe regente, eram levadas em nossos teatros peças que ridicularizavam as maneiras, vícios, dialetos e outras particularidades da colônia. Falar bom português era não só demonstração de fidelidade política, como de cultura, de educação social e até mesmo (quando evidência não o desmentisse) de pureza de sangue.

O clima de nacionalismo político advindo com o Romantismo haveria de repercutir nas letras brasileiras não só na temática, mas também na busca de uma expressão mais afinada com as peculiaridades nacionais. Cabe lembrar o pioneirismo de Gonçalves de Magalhães, que, com a Confederação dos tamaios, de 1856, elege como tema a resistência indígena aos portugueses.

Gonçalves Dias, com Os primeiros cantos, em 1846, seria calorosamente saudado por Alexandre Herculano, mas o crítico acusou-lhe imperfeições no uso da língua, o que seguramente refletia, por parte do brasileiro, o ideal de emancipação linguística, pois o conhecimento que o poeta maranhense possuía das tradições do idioma é inequívoco, como demonstram As sextilhas de Frei Antão. Em missiva a Pedro Nunes Leal, Gonçalves Dias menciona, provavelmente em 1857, que vaqueiros, mineiros e pescadores formavam uma linguagem própria no Brasil e que o romance brasileiro haveria de descrever esses tipos com sua linguagem característica. O autor insiste, ainda, em que se deve respeitar a gramática e o gênio da língua e propugna pelo estudo dos clássicos, "porque é miséria grande não poder usar das riquezas que herdamos" (LIMA SOBRINHO, 1977, p. 76).

A José de Alencar, que em 1856 criticou o desalinhamento da frase de Gonçalves de Magalhães, caberia, posteriormente, uma ardorosa defesa do português brasileiro. Observações que não poupavam sua própria linguagem levaram o autor de Iracema a declarar que "Gosto do progresso em tudo, até mesmo na língua

que falo" (LIMA SOBRINHO, 1977, p.79).

Alencar defendia também a aproximação entre a língua literária e a língua falada e, na carta ao Dr. Jaguaribe, publicada na primeira edição de Iracema, diz que "O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura"(LIMA SOBRINHO, 1977, p.79).

Em 1867, surge a veemente crítica de Pinheiro Chagas à obra de Alencar, na qual o comentador português enxergava a falta de correção na linguagem, contaminada por neologismos e insubordinações gramaticais. Em textos inseridos em seus próprios romances, Alencar, por várias vezes, em defesa própria, discute problemas de filologia e linguística, bem como assuntos de ortografia e gramática. Acabou se criando a lenda de que o escritor cearense pretendeu criar a língua brasileira. Isso se deve em grande parte ao ambiente hostil aos portugueses àquela época (SILVA NETTO, 1977, p. 221), bem como às ideias gramaticais em voga. Lessa(1976, p. 36), citando A. J. de Figueiredo, registra elucidativa avaliação do período:

Imperavam na gramática os métodos da escola clássica logicista. Liam-se os compêndios de Soares Barbosa, de Lage e de Bento de Oliveira, autores portugueses mais conceituados entre nós. Também os trabalhos de Sotero dos Reis, de Soares Passos, do Padre Massa e de Givet, brasileiros que bem conheciam os clássicos e tinham fama de grandes mestres. Nenhum autor se preocupava então com o falar do Brasil. Tudo que soava diferentemente de Portugal merecia reparo e censura: – era brasileirismo, termo então usado em tom pejorativo pelos gramáticos. Havia no ensino violenta disparidade entre o que os alunos falavam e o que em verdade liam de autores portugueses, a quem buscavam imitar na língua literária.

Na época de Alencar, segundo palavras também de Figueiredo, mencionadas por Lessa (1976, p. 37), era censurável tudo aquilo que soasse diferentemente dos antigos colonizadores. Um ministro do Império chegou a solicitar em Portugal mestres para as escolas públicas

brasileiras, e, em 1876, fundou-se uma sociedade filológica no Rio de Janeiro, com o propósito de fixar a língua ou fazê-la volver ao período clássico.

O que Alencar certamente registrou em seus livros foram certas peculiaridades da linguagem brasileira e não da língua, pois essa é comum ao Brasil e a Portugal, uma vez que a língua escrita é naturalmente compreendida pelos dois povos (MELO, 1971, p. 33-34). Cabe lembrar, segundo Gomes (1979, p.126), que “Só depois de provocado por Pinheiro Chagas é que [Alencar] abriu as torneiras e deu vazão a seus caprichos de escritor romântico, lançando mão de recursos e artifícios, por vezes desconhecidos dos próprios brasileiros⁵”.

Com o Parnasianismo, renasce o rigor gramatical clássico, e as relações entre brasileiros e portugueses voltam ao entendimento. Não se espere da pena parnasiana o despreço à sintaxe clássica da língua. O culto parnasiano à forma fez renascer o zelo pela língua, pela gramática, e esse apuro formalista era levado em conta na aquilatação do valor literário das obras. Vivíamos uma renascença em miniatura, que culminou, em 1897, com a fundação da Academia Brasileira de Letras, cujo objetivo era incentivar ainda mais o culto da língua.

Nesse contexto, Machado de Assis (1992, p. 808-809) – com inegável saber linguístico para os padrões de seu tempo – reconhece

que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Não desconhece, entretanto, que o pecúlio comum se enriquece do entroncamento entre o tradicional e o moderno. É essa também, na modernidade, a conduta de Ferreira Gullar, quando faz concessão ao coloquial e ao chulo, enquanto preserva formas clássicas da língua, como o apuradíssimo emprego dos pronomes relativos, em que a relativa padrão não cede espaço a construções consideradas legítimas pelos linguistas – assunto a que voltaremos no tópico seguinte.

Com os parnasianos, dizíamos, volta à tona o fervor classicizante na formatação do verso e no apuro linguístico. Também Rui Barbosa, com suas famosas querelas com Ernesto Carneiro, a propósito da redação do Código Civil, é bem um representante dessa época em que, através dos jornais, Cândido de Figueiredo, português de nascimento, ensinava aos brasileiros o que era correto em matéria de linguagem. O século XX assistia a esse entrincheiramento dos puristas contra tudo que significasse uma contaminação das raízes clássicas da língua, olvidando esses mesmos puristas que tais raízes se originaram também de contaminações várias. Rui Barbosa, nesse contexto, não desconhecia a evolução das línguas, mas se batia contra o advento de reformas radicais, insuficientemente elaboradas e não ainda consagradas pelo uso generalizado (LIMA SOBRINHO, 1977, p. 93). No cômputo geral, parece não haver dúvidas de que tanto Rui Barbosa quanto Machado de Assis são ícones de uma fase de profunda identificação do idioma com a tradição clássica.

A essa onda antirromântica incorporaram-se Bilac, Alberto de Oliveira e tantos outros, a que se somaria o Grupo Maranhense, formado também de ardorosos cultores da língua, como o foi Coelho Neto, “o Nababo do léxico, o restaurador de um vocabulário, que os séculos vinham soterrando ou

⁵ Acreditamos que na ânsia de combater o agressor lusitano, o autor de Iracema chegou a cunhar certas colocações pronominais destoantes do português brasileiro. Lima Sobrinho cita trecho de José de Alencar corrigido pelo gramático Artur de Almeida Torres, que recomenda a construção “quando se ergueu” e não “quando ergueu-se”, registrada pelo romancista, porque a conjunção quando atrai o pronome oblíquo, determinando a próclise (1977, p.124). O registro de Alencar parece em dissintonia com o português do Brasil, que tende a empregar o pronome oblíquo átono proclítico ao verbo.

delindo na memória dos escritores”(LIMA SOBRINHO,1977, p.95).

Como se vê pelas breves considerações, o ambiente era propício a uma revolução também na linguagem. Seguramente ela foi feita e contribuiu para que se desse à literatura uma feição linguisticamente mais brasileira, como demonstra Regis (1986) em estudo sobre a obra de Manuel Bandeira; não se lhe atribua, entretanto, uma vitória avassaladora sobre a tradição. E para isso basta que nos atenhamos ao *Macunaíma* de Mário de Andrade para verificar que do radicalismo daquelas posições pouco se pode dizer que se tenha incorporado à língua portuguesa do Brasil, no que tange ao seu ensino nas escolas, por exemplo. Faltou a Mário o equilíbrio machadiano de que se falou anteriormente. Faltou-lhe o discernimento de que, ao incorporar modismos de regiões brasileiras diversificadas, produziu um mosaico linguístico que a rigor não refletia a média dos falares nacionais consubstanciados na *langue*.

A exaustiva pesquisa de Lessa (1976) – com excertos extraídos de dez autores, em publicações que refletem as várias fases do movimento modernista – tem o propósito de elencar a contribuição desse estilo ao vocabulário e à sintaxe, no que apresentam de diferenças em relação a Portugal e, conseqüentemente, coadjuvaram produção de futuras gramáticas da língua. Algo do contributo modernista já se incorpora às nossas descrições gramaticais⁶, que, a julgar pelo amplo abono de literatos consagrados, deveriam, por exemplo, preceituar para o português brasileiro o uso de pronome oblíquo em início de oração, o que, entretanto, não acontece. Ainda ocorre hoje, em pleno século XXI, um certo apego às raízes mais tradicionais da língua, apesar do salto modernista, e para isso muito tem contribuído evidentemente

a mídia, cujo zelo por padrões da língua escrita nem sempre consoantes com a língua falada ou literária se estampa no grande número de colunas jornalísticas assinadas por especialistas afinados com posições linguísticas mais conservadoras.

Lima Sobrinho vê o remanescer dos clássicos em poetas como Manuel Bandeira, que se dizia farto “do lirismo que para e vai averiguar no dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo” (apud MOISÉS,1987, p.389). Isso, segundo o autor, não impede que o poeta de Pasárgada se aproxime dos clássicos “pela limpidez e concisão do pensamento” (LIMA SOBRINHO, 1977, p. 105). Assim como Bandeira, muitos modernistas não conseguem ocultar posições conservadoras.

Lima Sobrinho (1977, p.106) lembra que houve resistência do público ao projeto revolucionário modernista, pois a “literatura exageradamente intencional não correspondia às tendências populares, quando se sentia que era menos realização de arte do que plataforma de política literária ou de reforma linguística”. O mesmo autor menciona, ainda, que os artistas tinham preocupação de serem também entendidos em Portugal, o que se torna uma barreira contra a diferenciação linguística. O estudioso chega a minimizar a questão da revolução modernista na língua, dizendo que o período, em matéria de linguagem, se restringe ao esforço de inserção de regionalismos no texto literário. Mesmo assim, a necessidade de glossários na literatura regionalista revela a sua fragilidade.

2 A TRADIÇÃO LINGUÍSTICA EM GULLAR

Quanto a Ferreira Gullar, é sabido que, inicialmente, sua poética, no final da década de 40, trilhava os princípios

⁶ Cunha e Cintra (1985, p. 307-8) apontam, por exemplo, como características de nossa topologia de pronomes destoantes da prática corrente hoje em Portugal: possibilidade de se iniciarem frases com pronomes oblíquos átonos (aspecto em que – lembramos – não há unanimidade entre os gramáticos), preferência pela próclise em oração não iniciada por palavra que motive tal colocação e próclise ao verbo principal nas locuções verbais.

do Parnasianismo. Vale dizer que, quanto a esse aspecto, talvez sem que sequer o soubesse, o jovem poeta maranhense se filiasse ao esteticismo da geração de 45, que propugnava pelo retorno ao verso com feição parnasiana. A essa poesia o poeta renegaria mais tarde e, quando se valeu dela no início de *A luta corporal*, foi para criticar esse tipo de conduta poética:

A luta corporal começa com poemas rimados e metrificados, mas violentando a forma clássica do soneto e do verso. Eu considero que os "Sete poemas portugueses" são uma espécie de ajuste de contas que eu faço com a poesia anterior, com a poesia rimada e metrificada. (GULLAR, 2001, p. 262).

Após esse período de enquadramento radical às vanguardas literárias, o poeta desce das alturas quando chega aos cordéis, cuja importância não reconhece, e atinge ainda o refinamento da poesia social de DNV, valorizada por ele e reconhecida por segmentos da crítica especializada.

De uma poesia comprometida com a justiça social e libertadora poder-se-ia esperar também acentuada identificação com a linguagem das classes oprimidas da sociedade. Isso, entretanto, em princípio, não ocorre nas obras estudadas. Embora lanços de oralidade se evidenciem nos textos, concessões à sintaxe popular são pouquíssimas. Ficaremos restritos a aspectos considerados por Lessa (1976) conquistas linguísticas dos modernistas: a colocação do pronome oblíquo em início de orações, o emprego do verbo *ter* em sentido existencial, o uso da preposição *em* com verbo de movimento, o emprego de formas retas em função objetiva e a concordância verbal. Focaremos, também, brevemente, a pontuação em Gullar, enfatizando as cláusulas adjetivas explicativas; faremos,

ainda, brevíssima consideração sobre a regência verbal e a neologia vocabular no poeta maranhense.

Conforme aqui já mencionamos, o uso do pronome oblíquo em início de frase é típico da língua portuguesa falada no Brasil⁷. Lessa (1976, p. 75-77) elenca inúmeros excertos em que os modernistas brasileiros se valem dessa construção. Regis (1986, p. 57) lembra que, na poesia, deve-se atentar para o fato de o oblíquo iniciar o verso, já que ele é a unidade do poema e não o período, como na prosa. Em Gullar⁸, entretanto, faz-se a opção pelo uso clássico da língua: "Quero, por isso, falar com você, / de homem para homem, / apoiar-me em você / oferecer-lhe o meu braço / que o tempo é pouco..." (p. 230)⁹.

Quanto ao emprego de *ter* em sentido existencial, sintaxe raríssima no português europeu, há uma enormidade de exemplos na literatura modernista, mas o poeta de DNV não se vale dessa construção uma vez sequer nos 41 poemas que compõem a obra, como denunciam estas passagens: "No mundo há muitas armadilhas" (p.225), "Há muitas famílias sem rumo esta tarde" (p. 231), "E há qualquer coisa azul que o ilumina" (p. 252) e "não foi classificado (pois não há mais / excedentes)..." (p.256). Em JBM, entretanto, o poeta pergunta "Que diabo tem nesta terra / neste nordeste maldito" (p. 178). Um ou outro descuido, acreditamos, devem ser imputados ao momento político quando os cordéis foram escritos e à sua finalidade específica, que é doutrinar o interlocutor para a revolução social necessária à construção de um mundo mais justo.

Bagno(2001, p. 141) esclarece que desde o latim havia uma oscilação entre o emprego das preposições *in* e *ad* com verbos de movimento. A dupla

⁷ Para Bechara (2000, p. 588), a próclise em início de período não está vitoriosa na linguagem exemplar.

⁸ Os versos de Gullar são citados, neste artigo, segundo a paginação de *Toda poesia* (1980).

⁹ Citemos outros segmentos em que o poeta se vale de uma opção linguística conservadora quanto à topologia pronominal: "Perdi-a já / em parte / num pôquer solitário..." (p. 235), "O vento que empurra a tarde / arrasta a fera ferida, rasga-lhe o corpo de nuvens, / dessangra-a sobre a Avenida (p. 238). Exemplos não faltam, entretanto, de pronome átono no início do verso como em "Sobretudo no nordeste / mas não apenas ali, / que a fome do Piauí / se espalha de leste a oeste." (p. 219) Embora haja concessões ao coloquial como em "Te vejo no restaurante", há também casos de emprego em locuções verbais que revelam a face conservadora, como em "Tudo que posso dizer-lhe" (p. 256), com ênclise ao principal.

possibilidade de uso permanece, por exemplo, no francês (Cf. *Je vais a Paris* e *Je vais en France*). Lembra o linguista que, no português, durante o período de fixação da norma-padrão clássica, tentou-se preservar a preposição *a* para indicar movimento, direção, destino, ficando a preposição *em* para as indicações de repouso, situação, localização. Mesmo assim, enfatiza o autor, vai haver durante o período chamado clássico (a partir do século XVI) uma flutuação no emprego das duas preposições.

O linguista enfatiza que o emprego da preposição *em* com verbos de movimento “não pôde, na fase clássica, nem pode hoje, ser detido por nenhum trabalho de normatização” (BAGNO, 2001, p. 142). Lessa (1976, p. 81), a propósito do emprego em questão, cita o filólogo Antenor Nascentes: “O fenômeno é tão brasileiro que o emprego de *a* (por parte dos que têm medo de passar por faltosos) dá um tom lusitano à frase”. Em DNV, a opção linguística é novamente conservadora como o demonstram “Os namorados vão ao cinema” (p. 222), “marcam encontros, irão ao cinema, à buate...” (p. 248) e “Quando cheguei a Santiago” (p. 290). Em JBM, por sua vez, detectamos os versos “A muitas fazendas foram” (p. 183) e “Chegando a um lugar deserto” (p. 185).

O emprego de formas retas, sobretudo o pronome *ele*, em função objetiva, tem sido apontado também como uma das marcas da língua falada no Brasil, a que os modernistas, ainda que cautelosos, fizeram inúmeras concessões conforme exemplário de Lessa (1976, p. 86). Esse uso, lembra Bagno (2001, p. 103), remonta à fase arcaica do português, como denuncia a obra do historiador Fernão Lopes, no século XIV. A norma-padrão clássica literária, estabelecida nos séculos seguintes, banuiu o emprego do pronome

ele em função acusativa, mas tal uso foi exportado para o Brasil e até hoje é muito vigoroso na língua de todas as classes sociais. Em Gullar, novamente, faz-se a opção pela norma-padrão conservadora¹⁰, da qual registramos sete ocorrências em JBM.

Regis, ao estudar a representação da língua popular em Manuel Bandeira, enfatiza que a sintaxe de concordância é o aspecto menos vulnerável à assimilação da linguagem brasileira (1986, p. 57). Mesmo em Bandeira, do qual a autora colhe inúmeros registros de oralidade, a concordância não legitimada pela gramática ocorre apenas em um poema, o que passa quase imperceptível por se tratar do uso do imperativo.

No DNV, vemos o poeta zeloso no emprego das flexões de segunda pessoa do singular, o que também não tipifica a linguagem coloquial; no poema “*Cantada*”, entretanto, a forma *olha*, de imperativo, está em discordância com formas de tratamento íntimo *ocê*, anteriormente expressas. O poema inicia com “*Você é mais bonita que uma bola prateada*” e mais para o final registra “*Olha, você é tão bonita quanto o Rio de Janeiro*” (p. 236). Não se impute, entretanto, nesse excerto, o uso de *ocê/tu* como desvio gramatical fortuito, uma vez que se trata de um poema amoroso, em que a afetividade e a intimidade se acentuam com a mistura do tratamento.

Os gramáticos admitem que, quando o sujeito composto se pospõe ao verbo, esse pode concordar atrativamente com o elemento mais próximo; registros desse aspecto não faltam na literatura modernista, embora predomine, mesmo entre os modernos, o verbo no plural, apesar de a opção pela concordância atrativa ser encontrada desde os mais antigos documentos da língua.

¹⁰ Muitos são os exemplos de emprego da forma clássica: “*Vejo-o puro / e afável ao paladar*” (p. 227), “*e tampouco o fez o dono da usina*” (p. 227), “*Perdi-a já / em parte*” (p. 235), “*até a namoradinha ficou dias sem vê-lo*” (p. 255), “*vendeu-a barato e, mais, mais, não lhe pagaram*” (p. 270). Acreditamos que em DNV não haja um uso sequer do emprego de *ele* em função acusativa. De JBM, citemos dois excertos identificados com a tradição: “*e era tão bela no dia / que João a conheceu!*” (p. 178) e “*andando aquele caminho / onde ninguém o queria*”. (p. 184)

No DNV, registramos a preferência pela concordância “mais lógica, mais consciente, mais intelectual”, no dizer de Lessa (1976, p. 224). Colhemos, na obra, os segmentos “Não cabem no poema o gás / a luz o telefone / a sonegação / do leite / da carne / do açúcar/ do pão” (p. 224) e “... aí estão o Chase Bank, / a IT & T, a Bond andShare, / a Wilson, a Hanna, a Anderson Clayton...” (p. 230). Por outro lado, diz o poeta: “Só cabe no poema/ o homem sem estômago / a mulher de nuvens / a fruta sem preço...” (p. 224). Lessa (1976, p. 127), citando Said Ali, diz que, com a concordância atrativa “parece quererem os escritores pôr em relevo atos que ocorrem sucessivamente, podendo-se repetir o verbo para cada sujeito”. O mesmo Lessa, entretanto, entende que o autor, fixando a forma verbal antes de enunciar o sujeito, parece não ter ainda suficientemente clara a ideia de plural. Trata-se, a nosso juízo, de algo semelhante a construções do tipo “chegou dois convidados”, tão frequentes na língua falada. A concordância atrativa com sujeito composto seria, portanto, uma concessão à oralidade, posição com que concordamos.

Cabe uma palavra sobre o emprego dos sinais de pontuação gráfica no poeta de DNV. Fonseca (1997, p. 31) observa que Gullar

não obedece a um uso sistemático, estando [a pontuação] mais a serviço da ênfase semântica do que da sintaxe. Assim, do emprego peculiar da pontuação resulta um ritmo psicológico, que [...] indicia o interesse do sujeito lírico em estar plenamente comprometido com a classe social que objetiva na criação poética, e que também é destinatária de suas considerações.

Quanto à pontuação nas orações adjetivas explicativas, não detectamos

a aludida ênfase semântica em várias situações nas quais o poeta omite as vírgulas recomendados pela tradição escrita da língua. Como se sabe, as cláusulas explicativas esclarecem um detalhe, um pormenor do termo antecedente, sendo separadas por vírgulas; por outro lado, as orações restritivas, que limitam a significação do antecedente, distinguindo-o de um grupo, não são marcadas por vírgulas. Nesse caso, a pontuação repercute semanticamente.

Nossas pesquisas iniciais demonstram que não existe por parte dos modernistas preocupação com esse aspecto. Exemplifiquemos com o Carlos Drummond de Andrade, de *Alguma Poesia*. No famoso poema “Quadrilha”, lê-se que “João amava Teresa que amava Raimundo / que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili / que não amava ninguém” (1988, p. 24), em que as orações adjetivas, de nítido caráter explicativo, não recebem marca de pontuação. Para Ilari (1985, p. 21),

os nomes próprios típicos [...] são completamente autossuficientes para indicar indivíduos ou objetos; são naturalmente ‘expressões referenciais’; quando lhes apresentamos uma oração adjetiva, não obtemos uma identificação mais específica.

Para o autor, portanto, a oração adjetiva referente a nomes próprios típicos tem valor explicativo e, pela tradição gramatical, é separada por vírgulas. O poeta mineiro poderia ter optado pelas vírgulas, realçando, inclusive, a fracassada escolha amorosa dos envolvidos, que seria exposta nos versos subsequentes. É evidente, entretanto, que, no poema, o poeta quer agregar os pares, e, nesse sentido, a ausência das vírgulas é altamente significativa¹¹.

¹¹ Os versos seguintes são: “João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento, / Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia./ Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes / que não tinha entrado na história.” (DRUMMOND, 1988, p. 24) Observe-se que também o último verso, de nítido valor explicativo, não é precedido por vírgula, sem que haja, aparentemente, motivação semântica.

¹² Colhemos, no DNV, os seguintes lanços de orações explicativas não pontuadas: “...um homem, chamado Tram, /entre as folhas e os troncos que cheiram a noite” (p. 250), “Paulo Roberto Parreira / a quem nunca vi mais gordo...” (p. 255) e “É o seu último voo/ sobre a América Latina / sob o fulgor das estrelas / que nada sabem dos homens” (p. 262) e “Endoidou de fato por Laura Marlene / que dormiu com todos menos com ele” (p. 268).

Gullarnão parece preocupado com a marcação gráfica das orações adjetivas explicativas¹². Vale lembrar que, sob esse aspecto, a postura gullariana e, possivelmente, a dos modernistas, em geral, talvez permitam deduzir que, nas cláusulas explicativas, caminhe-se para a opcionalidade no uso da vírgula.

O cuidadoso emprego das preposições exigidas pelos termos regentes é, também, uma constante nos textos de Gullar lidos para o presente estudo, estando o poeta atento aos conectivos recomendados pela tradição da língua, inclusive nas cláusulas adjetivas¹³. Não se espere, portanto, de sua pena um verso como “A visita na casa que a gente sentava no sofá” (OSWALD DE ANDRADE, 1980, p. 29), caso típico da subversão linguística defendida pelos primeiros modernistas. A essa rebeldia sintática Gullar se contrapõe, por exemplo, com “talvez o estranho que te pisa o pé no elevador” (p. 222), “a poesia agora responde a inquérito policial militar” (p. 233) e “nas favelas / onde a história fede a merda?” (p. 264), valendo observar, nesse último caso, que o poeta concilia o chulo com o rigor gramatical.

Lembremos, ainda, que o Gullar das obras sob análise neste estudo não se enquadra, certamente, entre os literatos que têm contribuído de forma relevante para enriquecer o acervo lexical da língua portuguesa falada no Brasil. O vocabulário de que se vale o autor consta, quase que exclusivamente, de itens lexicais já dicionarizados. Um excerto com neologia vocabular colhemos no “Por você por mim”, em que, contrastando com a “oficina de morte” do Vietnam, a vida corre tranquilamente no Rio de

Janeiro, onde “As nuvens nuvem / e as águas batem naturalmente em toda a orla marítima” (p. 248). É curioso que o verbo inventado (nuver ou nuvir) não se enquadre no paradigma da primeira conjugação, normalmente permeável às analogias. Isso provavelmente se deva ao efeito homonímico proporcionado pela escolha. Os dicionários registram “nuvear” como “encher de nuvens”. O novo verbo, entretanto, parece ter uma semântica bem mais restrita e, conota, pleonasticamente, que as nuvens simplesmente existem e ocupam seu cenário, indiferentes aos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se, portanto, nos poemas apreciados e mesmo no cordel JBM, uma forma conservadora em uma literatura de cunho marcadamente revolucionário. Bechara (2002b, p. 62) lembra que Stalin, no poder na antiga URSS, considerou equivocada a ideia de que se devesse alterar a língua russa para que pudesse, após a Revolução de 1917, veicular a nova ideologia política. Na avaliação do ditador soviético, a língua do comunismo deveria continuar sendo a mesma utilizada por Puchkin, morto em 1837.

Em que pese à revolução social propugnada pelo Gullar marxista, a forma de que ele se vale para essa proposta transformadora, traz embutida um matiz conservador, certamente arraigado no poeta desde as leituras do gramático Carlos Pereira, na São Luís de sua juventude. Nesse sentido, Gullar traz um antimodernismo subjacente a toda sua modernidade, o que, a julgar pelos estudos de Bechara, enquadraria o

¹³ Lessa (1976) não credita aos modernistas a subversão da relativa padrão, que registra antes do pronome a preposição exigida pelo termo regente. O linguista Bagno (2001) considera absolutamente legítimas construções do tipo “Esse é um filme que eu gosto muito dele” (relativa copiadora), “Esse é um filme que eu gosto muito” (relativa cortadora) e “Cores que eu não sei o nome” (por “Cores cujo nome eu não sei”). Em JBM, colhemos “Sozinho com cinco filhos/ e sua pobre Maria / em cujos olhos o brilho / da morte se refletia...” (p. 184), obra escrita sob a agitação do momento político do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional de Estudantes (UNE), de que se poderia esperar maior aproximação com a língua falada. Essa aproximação realmente existe em algumas passagens, sobretudo na reprodução de diálogos, mas o rigoroso emprego da relativa padrão com o pronome cujo precedido de preposição, em três registros, é marca eloquente de apego à tradição linguística. No livro DNV, por sua vez, colhemos os excertos: “Todas as coisas de que falo estão na cidade” (p. 237), “Coisas, de que falam os jornais” (p. 237) e “...dos olores velhos / em cujas cinzas dormiam...” (p. 292).

poeta maranhense no espectro maior dos modernistas brasileiros, que, em matéria de linguagem, exceção talvez feita a Mário de Andrade, mantiveram-se apegados à tradição do idioma em contraste com a iconoclastia linguística do primeiro momento da estética moderna.

Do que se expôs, parece não ser equivocado dizer que o Gullar de DNVe mesmo do cordel JBM, escritos, como se disse, em clima de agitação e proselitismo

político, subscreveria sem restrição alguma este excerto assinado Bechara (2002c, p. 76) – o mais importante gramático brasileiro da atualidade: “A técnica histórica do falar própria de uma comunidade linguística – que se reflete, na exposição da gramática normativa – paira acima das revoluções efêmeras das modas e modismos, por mais geniais que sejam os seus criadores”.

Abstract: *Through excerpts of the book of poems *Dentro da noiteveloz* and the oral poem *João Boa-Morte: cabramarcado para morrer*, this article emphasizes the conservative linguistic option of the Brazilian poet Ferreira Gullar, in aspects of Portuguese syntax. The text also seeks to emphasize that this conduct is common to other leaders of modernist aesthetics, thus minimizing the linguistic revolution proposed by Modernism.*

Keywords: *Ferreira Gullar. Modernism. Linguistic tradition.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Oswald de. **Do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Oswald de Andrade**. Sel., notas, est. biogr.hist. e crít. Jorge Schwartz. São Paulo: Abril Educação, 1980. (Literatura comentada).

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.

ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, v.3.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** 2. ed. São Paulo: Parábola, 2001.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

_____. A língua dos modernistas: revolução ou tradição? – 1 In: MELO, Gladstone Chaves de et al (Org.) **Na ponta da língua**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002a.

_____. A língua dos modernistas: revolução ou tradição? – 2 In: MELO, Gladstone Chaves de et al (Org.) **Na ponta da língua**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002b.

_____. A língua dos modernistas: revolução ou tradição? – 6 (conclusão) In: MELO, Gladstone Chaves de et al (Org.) **Na ponta da língua**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002c.

CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.

ed. Rio de Janeiro: 1985.

FONSECA, Orlando. **Na vertigem da alegoria**; militância poética de Ferreira Gullar. Santa Maria: UFSM, 1997.

GOMES, José Maria Barbosa. **Mário de Andrade e a revolução da linguagem**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1979.

GULLAR. **Toda poesia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. João Boa-Morte: Cabra marcado pra morrer. In: *Toda poesia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 177-187

_____. Dentro da noite veloz. In: _____. *Toda poesia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 215-293.

_____. No calor da obra: encontros com a produção cultural contemporânea. Entrevista a Revista Letras, Curitiba, n. 55, p. 237-267, jan./jun. 2001.

ILARI, Rodolfo. Argumentação sintática e gramática escolar. In: _____. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LESSA, Luiz Carlos. **O modernismo brasileiro e a língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A língua portuguesa e a unidade do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1977.

MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através de textos**. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

REGIS, Maria Helena Camargo. **O coloquial na poética de Manuel Bandeira**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

Submetido em: 15/07/2017

Aceito em: 28/09/2017